



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O objeto trata-se de Eventual **Contratação de Hospedagem no município de Sumidouro**, através de Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 meses, conforme quantitativo abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Contratação de estabelecimento hoteleiro para prestação de serviços de hospedagem em quarto individual, com fornecimento de café da manhã, destinada ao profissional que atuará na prestação de serviços ao Município, visando atender às necessidades de acomodação durante o período de execução das atividades;	Diária	50
2	Contratação de estabelecimento hoteleiro para prestação de serviços de hospedagem em quarto Duplo, com fornecimento de café da manhã, destinada ao profissional que atuará na prestação de serviços ao Município, visando atender às necessidades de acomodação durante o período de execução das atividades.	Diária	50
3	Contratação de estabelecimento hoteleiro para prestação de serviços de hospedagem em quarto triplo, com fornecimento de café da manhã, destinada ao profissional que atuará na prestação de serviços ao Município, visando atender às necessidades de acomodação durante o período de execução das atividades.	Diária	50
4	Contratação de estabelecimento hoteleiro para prestação de serviços de hospedagem em quarto quádruplo, com fornecimento de café da manhã, destinada ao profissional que atuará na prestação de serviços ao Município, visando atender às necessidades de acomodação durante o período de execução das atividades.	Diária	50

- 1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame;
- 1.3. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda o qual é parte integrante deste processo, uma vez que se tornou dispensável a elaboração de ETP para a presente aquisição tendo em vista a mesma se enquadrar na modalidade de Dispensa de Licitação;
- 2.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado na solicitação inicial, é Contratação de Hospedagem para os Colaboradores do SESC, que prestarão serviço de Mamografia no município de Sumidouro, atendendo as necessidades de acomodação dos mesmos.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133, de 2021;
- 3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 4.1. Trata-se de eventual contratação de hospedagem, conforme tópico específico do Documento de Formalização de Demanda o qual é parte integrante deste processo;
- 4.2. A presente contratação enquadra-se como solução simples, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação será realizada por meio de **Dispensa Eletrônica SRP**, com critério de julgamento por **Menor Preço por Item**, nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

#### **A CONTRATADA deverá:**

- 5.2. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado;
- 5.3. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento das instalações completas para estadia de servidores, incluindo quarto com banheiro privativo, instalações hidráulicas, instalações elétricas, conforto térmico e fornecimento de café da manhã;
- 5.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar hospedagem localizada a uma distância máxima de 1,5 km da sede da secretaria de saúde, tendo em vista possibilitar condições para os servidores se deslocarem de modo mais rápido para a prestação dos serviços ao município.
- 5.5. A CONTRATADA deve obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;
- 5.6. A CONTRATADA deverá possuir equipamentos e instalações de segurança e combate a incêndio e pânico;
- 5.7. Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- 5.8. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 5.9. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE;
- 5.10. Fornecer os serviços com rapidez e eficiência;
- 5.11. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

### **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

#### **6.1. Mecanismos formais de comunicação**

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- 6.1.1. Ordem de Serviço;
- 6.1.2. Ata de Reunião;
- 6.1.3. Ofício;
- 6.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.1.5. Cartas e E-mails: [assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br](mailto:assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br);
- 6.1.6. Telefones; (22) 2060-3000.

#### **Forma de fornecimento**

6.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada conforme solicitação da CONTRATANTE.

- 6.2.1. Hospedagem em quarto individual, com café da manhã incluso, com check-in e check-out em períodos diversos, dentro da vigência do contrato.
- 6.2.2. Hospedagem em quarto duplo, com café da manhã incluso, com check-in e check-out em períodos diversos, dentro da vigência do contrato.
- 6.2.3. Hospedagem em quarto triplo, com café da manhã incluso, com check-in e check-out em períodos diversos, dentro da vigência do contrato.
- 6.2.4. Hospedagem em quarto quádruplo, com café da manhã incluso, com check-in e check-out em períodos diversos, dentro da vigência do contrato.



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

- 6.3. A fiscalização da contratação será exercida pelos representantes da CONTRATANTE indicados neste termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à CONTRATANTE.

### **7. GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput);
- 7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:
- 7.2.1. Fiscal Técnico/Contrato: Monara de Aquino Alaluna Pinheiro, Matricula nº 25.07.5296
- 7.2.2. Gestor do Contrato: Leandro de Almeida Rodrigues, Matricula nº 20.07.4451.
- 7.2.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º);
- 7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §2º).
- 7.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119);
- 7.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).
- 7.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput).
- 7.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º);
- 7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, Art. 44, §2º);
- 7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, Art. 44, §1º);
- 7.8. Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- 7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 8.1.. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis;
- 8.1.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o teor do [Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

- 8.1.4. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **8.2. Liquidação**

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.3.1. o prazo de validade;
  - 8.2.3.2. a data da emissão;
  - 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
  - 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.2.3.5. o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a CONTRATANTE;
- 8.2.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.6. A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);
- 8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa;
- 8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

- 8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do Art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);
- 8.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **8.4. Forma de pagamento**



## TERMO DE REFERÊNCIA

- 8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA;
- 8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024;
- 8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 8.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio de **Dispensa Eletrônica SRP**, com critério de julgamento por **Menor Preço por Item**, nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### Exigências de habilitação

- 9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

**Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade Empresarial, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 9.7. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

9.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

### **Qualificação Técnica**

9.9. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

## **10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS**

10.1. Não se aplica.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação ou valor de referência para aplicação do Menor Preço será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento, conforme preconiza o item 1.2. do presente termo;

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Saúde;

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Secretaria Municipal de Saúde: 18011012200322064339039170400 e 1801103050069222933903000170100**

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Sumidouro-RJ, 08 de agosto de 2025.**

<b>Fiscal do Contrato</b>	<b>Gestor do Contrato</b>
<b>Monara de Aquino Alaluna Pinheiro</b> Coordenador de Atenção Básica Matrícula nº 25.07.5296	<b>Leandro de Almeida Rodrigues</b> Cirurgião-Dentista Matrícula nº 20.07.4451

<b>Autoridade Competente</b>
Ratifico o presente Termo de referência, nos Termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo <b>O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.</b>  <b>Claudia Bastos Charles</b> Secretária Municipal de Saúde Matrícula nº 27.07.5284